

Boas práticas garantem benefícios aos sistemas de produção da carne bovina

*Sergio Silveira Gonzaga*¹

*Estefanía Damboriarena*²

*Juliana Azambuja Brum*³

Introdução

Tornar a cadeia produtiva da carne bovina mais rentável, através da utilização de tecnologias adequadas para a produção de alimentos de qualidade, provenientes de sistemas de produção sustentáveis, é o principal foco do Programa Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte (BPA).

A implantação do Programa parte da capacitação de técnicos de nível superior e extensionistas rurais para a conscientização dos produtores quanto à importância da adequação das propriedades às normas de controle de qualidade e aos procedimentos de BPA. Estes profissionais atuam como identificadores dos pontos críticos limitantes de ganhos e como multiplicadores da metodologia do Programa. Assim, ao prestarem assistência às propriedades, os técnicos passam a sensibilizar os produtores da necessidade de ampliar a produção de carne comprovadamente segura e de qualidade, sendo estes também semeadores das vantagens da adesão de boas práticas.

A produção de alimentos seguros oportuniza acesso ao mercado de maneira competitiva, agregando valor ao produto e promovendo maior rentabilidade para os produtores. Além disso, as ações geram tecnologias apropriadas, o que reduz perdas e leva ao fortalecimento do setor produtivo.

Os dados analisados nas propriedades vão da forma de administração à responsabilidade social e ambiental. Para a gestão e controle da qualidade outros elementos são observados, como as instalações rurais, formação e

¹ Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul e coordenador do B.P.A. Gado de Corte Região Sul

² Analista da Embrapa Pecuária Sul

³ Estagiária da Embrapa Pecuária Sul, acadêmica de jornalismo da URCAMP VALLE, E do (Ed.). Boas práticas agropecuárias: bovinos de corte. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2009. Disponível em: <<http://bpa.cnpqc.embrapa.br>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

manejo das pastagens, suplementação alimentar, identificação animal, controle sanitário, reprodução, manejo pré-abate e bons tratos na produção animal. Estes subsídios garantem o controle do sistema e a produção de carne e couro de qualidade.

Na Região Sul a iniciativa conta com a parceria de entidades, entre elas FARSUL, SENAR, SEBRAE, EMATER, UFRGS e de associações de produtores, como a APROCCIMA (Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra). Além da capacitação, essas instituições promovem a sensibilização e a divulgação do BPA para ampliar a adesão de produtores.

Como funciona o Programa BPA

Em Cada região do Brasil, uma unidade da Embrapa coordena o Programa para:

- Atender o produtor interessado em aderir ao BPA;
- Habilitar multiplicadores para a implantação do Programa;
- Acompanhar/monitorar a propriedade participante.
- O Programa mantém um cadastro de propriedades rurais cujos proprietários têm interesse em aderir ao BPA e outro de interessados nos cursos para multiplicadores.
- A propriedade cadastrada será visitada por um multiplicador, que vai aplicar o Protocolo BPA (ver anexo).

Passo a passo do Programa

1. Conscientização dos produtores rurais quanto à importância e necessidade da implantação das BPA nas propriedades;
2. Atualização técnica em BPA do profissional que realiza assistência técnica rural, para participar do processo de conscientização dos produtores e da implantação do Protocolo BPA;
3. Realização do diagnóstico da propriedade pelo profissional multiplicador, para identificar o atendimento ao Protocolo BPA;
4. Análise do diagnóstico da propriedade rural;
5. Correção das não-conformidades detectadas, com o auxílio do profissional multiplicador;
6. Emissão do Laudo de Implantação das Boas Práticas Agropecuárias.

Benefícios ao produtor

O produtor que participar do Programa poderá ter muitos benefícios, a começar pela identificação e correção dos pontos críticos existentes nos seus sistemas de produção e a redução das perdas e da má utilização de produtos. Também poderá minimizar os riscos em ações trabalhistas e ambientais, melhorar a qualidade do produto (carcaça e couro) e agregar valor e melhorar a competitividade. Outros benefícios são a inserção em uma estratégia de marketing para facilitar o acesso aos mercados mais exigentes, a participação em um sistema de “proteção” contra barreiras comerciais e a comunicação ao mercado, de forma clara e eficaz, que o crescimento se dá de maneira sustentável, respeitando o meio ambiente e o bem-estar animal.

A propriedade que atender a todos os requisitos solicitados receberá um laudo de implantação, que é emitido pela Embrapa ou entidades credenciadas e serve como instrumento de gestão e controle de qualidade. Se for do interesse do produtor, o laudo poderá auxiliar na obtenção de certificados de qualidade, emitidos por organismos independentes e credenciados pelo Inmetro (ISO 65).

Além disso, a propriedade torna-se candidata a participar do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI – Carne Bovina), que visa minimizar impactos indesejáveis e os custos externos sobre a sociedade, reforçar a diversidade biológica local, minimizar perdas, propor o manejo adequado dos recursos naturais e de técnicas utilizadas na agropecuária, proporcionar conhecimento e motivação, fomentar a busca pela qualidade da produção levando em consideração os parâmetros ecológicos do sistema de produção e os de certificação de qualidade.

Para alcançar o nível de certificação proposto pelo Programa, os produtores deverão realizar uma série de ajustes nas rotinas dos estabelecimentos. A partir de treinamentos e consultorias em gestão, planejamento, bem-estar animal e outros temas, para que os proprietários e os empregados das fazendas possam aperfeiçoar habilidades e competências e se adequarem aos procedimentos. O ajuste é acompanhado pelo Comitê Gestor do Programa.

Como o produtor pode participar

A adesão é voluntária, bastando:

- Cadastrar a propriedade na unidade da Embrapa que coordena o BPA na região brasileira onde ela está localizada;
- Indicar o profissional que já atua na propriedade para ser o multiplicador (caso não haja profissional, a Embrapa poderá indicar um);
- Permitir a aplicação da Lista de Verificação na propriedade cadastrada.

Como se tornar um multiplicador

O profissional de ciências agrárias deve:

- Cadastrar-se na unidade da Embrapa que coordena o BPA na região onde está seu município;
- Atender ao perfil exigido pelo programa;
- Após o curso de capacitação, realizar o diagnóstico e acompanhar a propriedade rural onde presta assistência ou em outra de seu interesse.

Os 11 pontos críticos verificados na propriedade

- 1 - Gestão da propriedade rural
- 2 - Função social do imóvel rural
- 3 - Responsabilidade social
- 4 - Gestão ambiental
- 5 - Instalações rurais
- 6 - Manejo pré-abate e bons tratamentos na produção animal
- 7 - Formação e manejo de pastagens
- 8 - Suplementação alimentar
- 9 - Identificação animal
- 10 - Controle sanitário
- 11 - Manejo Reprodutivo

1 – Gestão econômica e financeira da propriedade rural

As transformações socioeconômicas ocorridas no mercado mundial exigem do produtor habilidades gerenciais que permitam maior acerto na tomada de decisões e assegurem melhor desempenho econômico e financeiro do negócio.

Recomendações:

Para que a propriedade atenda aos requisitos mínimos de gerência algumas diretrizes administrativas devem ser seguidas:

- **Planejamento:** definição de objetivos, metas e ações, como prever receitas e despesas, programar um cronograma de investimentos e estabelecer calendários do manejo reprodutivo, alimentar e sanitário;
- **Organização:** estabelece as relações entre funções, pessoal e fatores físicos;
- **Direção:** coordenação das ações desejadas, preparação de cronogramas para execução de tarefas relativas ao manejo do rebanho e pastagens, delegar responsabilidades, definir atribuições e cobrar resultados, além de atender as exigências legais de ordem trabalhista, fiscal, sanitária e ambiental;
- **Controle:** compreende o acompanhamento das atividades e correção de falhas identificadas, a atualização das fichas zootécnicas, registro dos insumos utilizados e apontamento de despesas e receitas.
 - * Entre as principais recomendações está a manutenção de um planejamento estratégico, contendo objetivos, meios para alcançá-los, responsabilidades e cronograma para execução.

2 – Função social do imóvel rural

Visa o atendimento das exigências previstas em lei nas áreas social, ambiental e de produtividade rural. A propriedade precisa cumprir índices de produtividade compatíveis com a região e infraestrutura, utilizar adequadamente os recursos naturais, respeitando o meio ambiente e atender as normas legais sociais e trabalhistas.

Recomendações:

As principais diretrizes relacionadas à função social da propriedade rural são:

- **Área Social:** todos os funcionários precisam estar registrados em carteira de trabalho, é necessário recolher as contribuições ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), proporcionar moradias em boas condições aos empregados e não utilizar trabalho infantil e/ou escravo.

- **Área Ambiental:** proteger integralmente as áreas de preservação permanente, averbar a Reserva Legal na matrícula da propriedade junto ao Cartório de Registro de Imóveis e implantar projeto de recuperação ou compensação da Reserva Legal, caso esta não exista;
- **Índice de Produtividade:** Este é avaliado perante o cálculo do Grau de Utilização da Terra (GTU – refere-se ao uso adequado dos recursos naturais disponíveis e conservação do meio ambiente) e do Grau de Eficiência na Exploração (GEE – referente ao aproveitamento racional e adequado dos recursos).
 - * Para cumprir a função social o imóvel precisa apresentar GUT igual ou superior a 80% e GEE igual a 100%.

3 – Responsabilidade social

Para responder a mercados que buscam um produto final seguro e de qualidade, resultante de um sistema produtivo ambientalmente correto e socialmente justo, as propriedades rurais precisam atender às suas obrigações ambientais, sociais e trabalhistas, observando o impacto que produzem sobre o bem-estar humano. A participação do trabalhador rural na cadeia produtiva deve partir das relações sociais que primam pela ética como base e tem a cultura e os valores morais como parceiros.

Recomendações:

As diretrizes pautadas na responsabilidade social e trabalhista são:

- **Contrato de trabalho:** deve conter todos os acordos pactuados entre as partes. Todos os empregados precisam, obrigatoriamente, estar registrados;
- **Exames admissional e demissional:** sem estes exames a empresa pode ser responsabilizada por doenças contraídas pelo trabalhador durante o contrato de trabalho, podendo ainda responder por eventuais ações indenizatórias;
- **Previdência social:** a contribuição previdenciária de ambas as partes cabe ao empregador e deve ser feita mensalmente;
- **FGTS:** o recolhimento mensal é de responsabilidade do empregador;

- **Contribuição sindical:** este recolhimento é efetuado anualmente pelo empregador, mas é descontado do funcionário. O valor deve ser equivalente a um dia de salário do empregado;
- **Capacitação e treinamento:** os funcionários devem receber treinamentos periódicos que os capacite a exercer suas funções;
- **Segurança no trabalho:** compreende a orientação e capacitação para a utilização correta de equipamentos de proteção individual e de medidas de segurança no armazenamento, preparo e aplicação de defensivos agrícolas e produtos veterinários;
- **Moradia e alimentação:** é de direito do empregado receber moradia em boas condições de habitação e alimentação, deve ser observado o disposto em lei ao que se refere a descontos no salário do empregado. Caso não haja descontos de moradia e alimentação, estes valores não podem ser incorporados ao salário do funcionário, mas devem constar no contrato.
 - * O empregador ainda deve garantir acesso à saúde pública preventiva, proporcionar que crianças frequentem à escola e o direito do empregado à folga semanal. Trabalho escravo e infantil são expressamente proibidos pela legislação trabalhista.

4 – Gestão ambiental

O cumprimento às leis ambientais mais que uma exigência do mercado é questão de bom senso e consciência social. O manejo adequado dos recursos naturais disponíveis na propriedade é obrigação de cada produtor e conferem a si e seus produtos uma distinção de imagem frente aos consumidores.

Recomendações:

As diretrizes ligadas à área ambiental tratam de técnicas recomendadas para conservação do solo, da biodiversidade, dos recursos hídricos e da paisagem:

- **Área de preservação permanente:** são protegidas por lei as florestas e vegetações naturais ao longo de rios ou de qualquer curso d'água; ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios naturais ou artificiais; nas nascentes ou nos chamados "olhos d'água"; no topo de morros, montanhas e serras; nas encostas ou parte destas; nas restingas,

fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nas bordas de tabuleiros ou chapadas e em altitudes superiores a 1800 metros, independente do tipo de vegetação;

* Os limites de áreas que devem ser preservadas estão dispostos no Código Florestal ou na Resolução CONAMA, de 20 de março de 2002.

- **Reserva legal obrigatória:** área de vegetação nativa no interior da propriedade, com importância ecológica reconhecida, cujo Código Florestal Brasileiro obriga a preservar. Serve para conservar a biodiversidade e proporcionar condições de sobrevivência a espécies locais de flora e fauna;
 - **Áreas com inclinação entre 25 e 45 graus:** é proibida a derrubada de florestas situadas nestas áreas, sendo tolerada apenas a extração de toras, quando em regime racional;
 - **Licenciamento ambiental:** é obrigatório, segundo a Política Nacional de Meio Ambiente, o licenciamento ambiental antes da instalação e funcionamento de atividades potencialmente poluidoras, capazes de causar qualquer forma de degradação ambiental;
 - **Autorizações ambientais:** as atividades que requerem autorização são: corte avulso de árvores; limpeza de pastos; aproveitamento de material lenhoso seco; queimadas; podas de árvores e arbustos; colheita de flores, ramos e frutos de espécies de flora nativa; transporte, comercialização e depósito de matérias-primas exploradas diretamente da natureza;
- * Outros casos em que o órgão ambiental responsável deve ser consultado dizem respeito ao transporte, depósito e aplicação de pesticidas; à criação de animais silvestres; à construção de benfeitorias em áreas de preservação permanente e reserva legal; à utilização de recursos hídricos e à geração de resíduos e efluentes.

5 – Instalações rurais

Instalações inadequadas podem comprometer a qualidade do produto final. Alguns danos reduzem o valor comercial da carne ou do couro bovino, assim depreciando a rentabilidade do produtor.

Recomendações:

Tratam da adequação das instalações rurais para reduzir os danos ao couro e à carcaça bovina e garantir a segurança no manejo dos animais.

- **Cercas:** preferencialmente de arame liso com balancins, cercas de arame farpado provocam furos no couro do animal; lascas e moirões não devem possuir saliências, farpas, pregos ou parafusos; cercas elétricas devem possuir voltagem adequada, aterramento e isolamento seguros;
 - **Corredores:** a propriedade deve possuir corredores para condução dos animais ao curral ou mudança de potreiro;
 - **Curral:** deve ser construído em local estratégico que facilite a realização, com eficiência, conforto e segurança de todas as práticas necessárias ao trato do gado;
 - **Reservatórios de água:** a qualidade da água deve ser monitorada periodicamente; a capacidade do reservatório deve ser calculada de acordo com o número de bebedouros a serem abastecidos; sua localização deve ser em pontos altos, planos ou com pequena declividade; os reservatórios podem ser construídos de alvenaria ou chapas metálicas;
 - **Bebedouros:** de preferência artificiais que possam ser higienizados e constantemente vistoriados; estrategicamente localizados e dimensionados em função do número de animais, considerando o consumo de aproximadamente 60 litros de água, por animal adulto, ao dia;
 - **Cochos para fornecimento de minerais:** devem ser cobertos e posicionados na pastagem, de forma a permitir a visita diária dos animais e disponibilizar espaço suficiente para o acesso livre de todos os animais, sem competição; no caso de volumosos e concentrados os cochos precisam ser mais largos que os de minerais;
- * Também devem ser consideradas as recomendações de instalações para confinamento, suplementação de bezerros e armazenamento de insumos apresentadas no Manual de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte (2006), editado pela Embrapa Gado de Corte, Campo Grande/MS e disponibilizado na página da unidade de pesquisa na internet (VALLE, 2009).

6 – Manejo Pré-abate e bons tratos na produção animal

A qualidade do produto final é também proporcionada pela aplicação de estratégias de manejo para melhoria do bem-estar animal. O conhecimento do comportamento animal leva a melhores resultados econômicos e ganhos diretos e indiretos na produtividade.

Recomendações relacionadas a bons tratos:

Conhecer e respeitar a biologia dos animais permite a melhoria do seu bem-estar, o aumento da eficiência do sistema produtivo, além de garantir a qualidade do produto.

- Os animais precisam de espaço mínimo para manutenção de suas atividades em um contexto social equilibrado;
- Não misturar animais que não se conheçam ou indivíduos de chifre com mochos em currais, confinamentos e caminhões;
- Devem ser disponibilizadas vegetações compostas de espécies arbóreas para criar abrigos naturais, todo o bovino necessita de sombra;
- Garantir o acesso à água limpa;
- Pessoas que lidam com o gado devem conhecer a maneira adequada de manejá-lo, evitando estresse agudo ou crônico o que reduz a qualidade do produto final.

Recomendações para o Manejo Pré-abate:

Muitas pesquisas já comprovaram que este fator é de total importância na qualidade da carne, do couro e no aproveitamento da carcaça. Alguns dos procedimentos de rotina que podem ser utilizados para evitar problemas e preservar a qualidade do produto final são:

- Os animais devem ser agrupados com antecedência ao embarque, separados em lotes uniformes, de acordo com sexo, idade e peso;
- Deve ser evitado, sempre que possível, o uso de agulhões, choque elétrico, cães, paus e objetos pontiagudos no manejo e condução do gado, evitando hematomas, traumatismos e estresse;
- Não embarcar animais doentes e sem condições de transporte;
- Verificar se o embarcador atende as recomendações técnicas, de modo a não causar danos à carcaça;
- Respeitar a lotação máxima do caminhão de acordo com a categoria animal a ser transportada.

7 – Formação e manejo de pastagens

As pastagens são o principal componente da alimentação dos bovinos de corte, afetando diretamente a produtividade, por isso, precisam atender em qualidade e quantidade as demandas nutricionais do rebanho, durante o ano inteiro.

Recomendações para a formação e recuperação das pastagens:

O primeiro fator a ser considerado na formação de uma pastagem é a escolha de espécies forrageiras adaptadas ao tipo de exploração, solo e clima da região.

- Para a implantação de pastagens em áreas de vegetação nativa é necessário consultar a legislação ambiental;
- Adquirir sementes de qualidade, certificadas e utilizá-las nas quantidades recomendadas;
- Selecionar espécies forrageiras comprovadamente bem adaptadas à região e de acordo com sua qualidade nutricional, resistência e tolerância a pragas e doenças;
- Os insumos devem ser aprovados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), usados conforme indicações técnicas, não oferecendo riscos à saúde animal e do consumidor;
- Procurar a orientação de um técnico para otimizar a utilização dos insumos e o emprego de estratégias que ofereçam melhores resultados.

Recomendações relacionadas ao manejo das pastagens:

Manejar adequadamente as pastagens garante a qualidade e oferta de forragens, permite o prolongamento da sua vida produtiva e reduz o custo de produção.

- Para evitar o aparecimento de ervas daninhas e o desenvolvimento de erosão superficial do solo é necessário adequar a taxa de lotação à capacidade de suporte do pastejo;
- Adotar um planejamento estratégico para assegurar a eficiência na utilização das pastagens e a manutenção de condições favoráveis à produtividade e ao desempenho animal;
- Não utilizar queimadas, prática que reduz a fertilidade do solo e favorece o aparecimento de erosão;
- Controle de plantas invasoras;
- Reposição de nutrientes, a partir de análises de solo;

- Na utilização de defensivos agrícolas, usar equipamentos de proteção individual e pessoal capacitado, sempre seguindo as recomendações do fabricante e atendendo a legislação em vigor.

8 – Suplementação alimentar

A suplementação alimentar aumenta a eficiência do sistema, permitindo o abate de animais mais jovens e com melhor acabamento. Mas o BPA cuida da qualidade destes insumos e aditivos utilizados para garantir a produção de alimentos economicamente viáveis, isentos de resíduos que podem prejudicar a saúde humana.

Recomendações:

Para garantir a produção de alimentos saudáveis, os insumos não podem conter componentes ou resíduos que possam acarretar em problemas para a saúde animal e humana:

- **Produtos aprovados pelo MAPA:** os insumos devem ser comprovadamente livres de resíduos de natureza química, física, biológica ou qualquer outro tipo de substância que possa comprometer a qualidade do produto final ou a saúde do consumidor; é proibida a utilização de suplementos que contenham proteínas ou gorduras de origem animal, bem como o uso de antibióticos como aditivo alimentar e a utilização de hormônios ou promotores de crescimento de efeito anabólico;
- **Registro e atualização de cadastro dos insumos:** todos os insumos utilizados na alimentação do rebanho devem ser registrados para efeito de rastreamento, quando solicitado;
- **Estoque dos suplementos:** devem estar protegidos de umidade, roedores, animais domésticos e eventuais contaminantes;
- **Estado de conservação:** antes de fornecer a ração ao rebanho devem ser observadas alterações como mudança de cor, odor, esfacelamento, grumos, compactação e mofo;
- **Reservas de suplementos volumosos:** devem ser mantidas para atender possíveis déficits nutricionais em períodos críticos do ano;
- **Auxílio técnico:** procurar a orientação de um especialista para formular a suplementação apropriada e economicamente viável.

9 – Identificação animal e rastreamento

Permite o rastreamento de informações obtidas ao longo da vida do animal, contribuindo para a avaliação do desempenho individual e do rebanho. Garante maior acerto na tomada de decisões e na adoção de normas e procedimentos de BPA.

Recomendações:

- Identificar todos os animais ao nascimento;
- Utilizar um sistema que possibilite a verificação e comprovação do conjunto de informações relacionadas ao histórico do animal ou grupo manejado;
- Usar maneiras de identificação que garantam a individualidade, como brincos, tatuagens, marca a ferro e identificadores eletrônicos;
- Manter atualizadas as fichas de controle sanitário, sempre anotando data, medicamento utilizado, lote, número de partida, laboratório e data de validade do produto;
- A marca a fogo deve ser utilizada apenas nos locais permitidos pela legislação em vigor, preservando a parte do couro de maior utilidade; é proibido o uso de marca maior que um círculo de onze centímetros de diâmetro; também é proibida a utilização de marca de fogo, por parte de estabelecimentos de abate, para a identificação de couros;
- Exigir a Guia de Trânsito Animal (GTA) no ingresso e saída de animais da propriedade; observar período de quarentena na aquisição de animais.

10 – Controle sanitário

O implemento de medidas preventivas e curativas de controle sanitário, recomendadas para o bom desempenho do rebanho, assegura a produção de alimentos saudáveis.

Recomendações:

A ocorrência não controlada de doenças e parasitas prejudica a produtividade, compromete a qualidade da carne e do couro, dificulta na comercialização e ainda favorece a criação de barreiras sanitárias pelos mercados consumidores.

- Com a orientação de um veterinário, adotar medidas preventivas de controle de enfermidades, elaborando um calendário anual de controle sanitário e reprodutivo;
- Cumprir o calendário de imunização preventiva e obrigatória do rebanho contra a febre aftosa, brucelose e raiva;
- Capacitar funcionários responsáveis pelo manejo sanitário, para a identificação de doenças, manipulação e aplicação de vacinas e demais medicamentos;
- Animais com suspeita de doenças transmissíveis devem se isolados até o atendimento do médico veterinário;
- Denunciar ao órgão competente qualquer suspeita de doenças vesiculares ou síndromes nervosas;
- Eliminar animais mortos, através da queima total da carcaça, em local apropriado, evitando a contaminação das pastagens e do lençol freático;
- * Mais informações sobre os cuidados na aplicação, manuseio e estoque de vacinas, além de outras medidas de controle sanitário podem ser encontradas no Manual de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte (2006), editado pela Embrapa Gado de Corte, Campo Grande/MS e disponibilizado na página da unidade de pesquisa na internet (VALLE, 2009).

11 – Manejo Reprodutivo

Os sistemas de cria têm por finalidade principal a produção de bezerros desmamados. A otimização, de forma racional e econômica, do desempenho reprodutivo do rebanho depende da eficiência com que são utilizadas as práticas disponíveis para melhoria da produtividade.

Recomendações:

Aperfeiçoar algumas das principais práticas do manejo reprodutivo viabiliza a exploração comercial eficiente do sistema de cria, utilizando as tecnologias adequadas e sem promover degradação ambiental.

- **Estabelecer um período de monta:** uma das decisões mais importantes e de maior impacto na fertilidade do rebanho. Disciplina as demais atividades de manejo, permite o ajuste do período de maior demanda nutricional (lactação) com o de maior oferta de alimentos; a duração do período de monta deve ser a mais curta possível, ao redor de três meses; as vacas devem ser separadas por categoria, ou seja, novilhas, vacas primíparas e vacas múltíparas, assim facilitando o manejo de acordo com a necessidade de cada categoria;

- **Escolher o sistema de acasalamento:** as instalações devem ser adaptadas para o sistema escolhido (monta natural, monta controlada ou inseminação artificial); também é preciso capacitar os responsáveis pelo manejo reprodutivo;
- **Adequar a relação touro/vaca ao sistema de produção:** os fatores que devem ser observados são: idade, capacidade de monta, estado sanitário e nutricional dos touros, condição corporal das vacas e tamanho e topografia das pastagens;
- **Efetuar diagnóstico de gestação e descarte:** permite a identificação precoce e descarte de fêmeas que não ficaram prenhes. Pode ser realizado 45 dias após o final do período de monta, por um médico veterinário experiente;
- **Realizar exame andrológico nos touros:** touros de baixa fertilidade causam grandes prejuízos ao sistema. O exame deve ser realizados 60 dias antes da estação de monta, sendo descartados os de baixa fertilidade;
- * Outras práticas importantes do manejo reprodutivo que devem ser consideradas são: adotar práticas de desmama, reduzir o estresse dos bezerros à desmama, controlar as doenças da esfera reprodutiva, avaliar a condição corporal das vacas ao parto, preparar novilhas para reprodução, próximo a parição as vacas prenhes devem ser deslocadas para um pasto-maternidade localizado perto da sede, efetuar a castração dos machos.

Conclusão: Em resumo o Programa BPA – Bovinos de Corte visa à adoção de práticas corretas que colaboram para melhorar o desempenho do sistema produtivo de uma propriedade rural. Essas iniciativas buscam a maior qualidade da carne bovina para agregar valor ao produto, satisfazer as demandas de mercado e assim beneficiar o consumidor com alimentos seguros, provenientes de uma cadeia produtiva sustentável.

Referência

VALLE, E do (Ed.). Boas práticas agropecuárias: bovino de corte. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2009. Disponível em: <<http://bpa.cnpqc.embrapa.br>>. Acesso em: 23 jul. 2010.